

Governistas ameaçam apoiar a indexação

Andrei Meireles

No primeiro confronto no Congresso Nacional após as eleições de 3 de outubro, o Governo Federal foi, ontem, derrotado na Câmara dos Deputados, que rejeitou o veto presidencial ao Plano de Benefícios da Previdência Social, e salvo, parcialmente, no Senado Federal, que não teve **quorum** para deliberação. Hoje, às 11 horas, o Senado votará novamente o veto por decisão do presidente em exercício do Congresso, senador Iran Saraiva, que desagradou as lideranças parlamentares do Governo. As oposições, com o apoio de três partidos governistas — PTB, PDS e PL — vão tentar, também, aprovar o projeto de conversão do deputado Tidei de Lima, que determina reajustes automáticos dos salários sempre que o IPC chegar a 15 por cento.

A insatisfação com o Governo expressa nos últimos dias por vários parlamentares e líderes até agora fiéis ao Executivo foi confirmada na votação do veto presidencial na Câmara, quando 264 deputados votaram por sua rejeição e apenas 41 por sua manutenção. Outros nove se abstiveram. No Senado, o Governo demonstrou sua força: apenas 34 dos 75 senadores compareceram à votação, sendo que 25 votaram pela rejeição do veto, oito a favor e um se absteve. O líder em exercício do Governo, senador Ney Maranhão, após a votação, informou que orientou os senadores governistas a não comparecerem, mas garante que hoje eles estarão presentes para assegurar a manutenção do veto.

Com os resultados da votação de ontem, as oposições ficaram

mais otimistas em relação à aprovação pelo Congresso Nacional de uma nova política salarial, que necessita apenas da maioria simples dos presentes e não a maioria absoluta exigida para a derrubada de um veto presidencial. Os líderes do PDS, deputado Amaral Netto, do PTB, deputado Gastone Righi, e do PL, deputado Guilherme Afif Domingos, anunciaram que votarão junto com as oposições se até a hora da sessão o Governo não apresentar uma proposta alternativa de política salarial.

O fato da equipe econômica ter acenado na semana passada com um abono salarial e, depois, ter recuado, aumentou a insatisfação dos parlamentares governistas. "Isto é uma humilhação", protestou Gastone Righi. "O governo está inflexível e radicalizou". "Assim, a posição do Governo no Parlamento fica insustentável" diagnosticou Amaral Netto.

O líder do PFL na Câmara, deputado Ricardo Fiúza, ardoroso defensor da desindexação salarial, também tem motivos de queixa: "Tem de haver uma solução — os salários estão excessivamente defasados". Ele ressaltou que, em sua própria bancada, há parlamentares que defendem a reindexação salarial e que não há como garantir antecipadamente uma vitória do Governo: "O resultado é imprevisível". O deputado Luiz Eduardo Magalhães, vice-líder do PFL, observou que antes das eleições se sentia à vontade para fazer previsões sobre votações na Câmara: "Agora, não dá mais". A exigência de maioria simples para a política salarial, porém, pode ser um complicador para o Governo no próprio Senado Federal.